



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br



20 anos depois tudo pode mudar no caso do deputado condenado por homicídio...

Dez anos depois do julgamento no Tribunal do Júri que condenou o ex-deputado Carlos Xavier a 15 anos de prisão, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) analisa um recurso que pode anular todo o processo. Uma das testemunhas-chave é o ex-deputado e ex-diretor da Polícia Civil Laerte Bessa. A tese é de que a vítima, um rapaz de 16 anos que manteve um relacionamento com a ex-mulher do ex-distrital, foi vítima de um latrocínio e não um crime encomendado pelo político. Xavier está foragido há anos. Nunca cumpriu a pena. Vinte anos depois do homicídio, que ocorreu em 2004, pode haver uma reviravolta. Para quem não se lembra, o caso foi um dos maiores escândalos da história da Câmara Legislativa. O jovem de 16 anos, hoje, teria 36 e assim segue a novela, com novos capítulos.

Aposentados poderão ser chamados para atuar na segurança pública

Decreto do governador Ibaneis Rocha, publicado ontem no Diário Oficial do DF, desburocratiza o chamamento de servidores aposentados e militares veteranos para que possam ser convocados por seus órgãos. Trata-se de uma regulamentação de lei, de autoria do deputado distrital Roosevelt Vilella (PL), que prevê a contratação dos inativos para reforçar o trabalho na segurança pública.

Ascom/CLDF



Menos espaço para os holofotes

O ex-secretário-executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública Ricardo Cappelli vai assumir a presidência da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). O convite foi feito pelo vice-presidente Geraldo Alckmin, ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio Exterior e Serviços, que é do PSB, como Cappelli. Com um salário de cerca de R\$ 40 mil, Cappelli até estará em situação financeira melhor. Mas terá menos chance para se destacar politicamente no projeto para 2026.

Ed Alves/CB/D.A Press



Promessa de mais unidade do IF

O ministro da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Alexandre Padilha, anunciou ontem à deputada federal Érika Kokay e aos distritais Gabriel Magno e Ricardo Vale, todos do PT, a intenção do governo em instalar mais duas unidades do Instituto Federal (IF) no DF. Foi em reunião no Palácio do Planalto. Os parlamentares defenderam que os novos campus sejam destinados ao atendimento das populações do Sol Nascente e de Sobradinho, considerando que há outras oito unidades em cidades do DF. "É uma grande vitória para essas comunidades", afirma Gabriel.

Divulgação



Indústria farmacêutica na pauta

O vice-presidente Geraldo Alckmin recebeu integrantes da indústria farmacêutica brasileira, liderados pelo empresário Fernando Marques, diretor-presidente da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais (Alanac), para discutir política de fortalecimento e expansão da indústria nacional. O encontro foi intermediado pelo secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, o ex-governador Rodrigo Rollemberg, um dos maiores entusiastas da política industrial do governo federal.

Disputa pelo cabo eleitoral

Há pelo menos quatro pré-candidatos à OAB-DF na disputa pelo apoio do governador Ibaneis Rocha (MDB): Thaís Riedel, Ricardo Peres, Everardo Gueiros e Cleber Lopes.

Secretário de Transportes pede demissão

O secretário de Transporte e Mobilidade, Flávio Murilo Gonçalves Prates de Oliveira (foto), decidiu deixar o governo do DF. Ele comunicou ao governador Ibaneis Rocha (MDB) da saída e alegou motivos pessoais. Oliveira tomou posse em abril de 2023. Servidor de carreira do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes — Dnit, ele ocupou diversos cargos públicos em Goiás. Em seu lugar, deve ficar interinamente o segundo da pasta, o secretário-executivo, Alexandre Pinho Carreiro.

Divulgação/GDF



Tratamento capilar

Muita gente estranhou a calvície do senador Izalci Lucas (PSDB-DF) em lives nas redes sociais nos últimos dias. Trata-se justamente de um tratamento capilar. Em breve, ele estará com as madeixas em dia.



Instagram

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

POLÍTICA / Blocos e bancadas da Câmara Legislativa preveem maior debate sobre questões fundiárias, como o PPCUB. Com maioria dos distritais apoiando, pautas do Poder Executivo devem nortear trabalhos da Casa durante este ano

Dengue e feminicídio na pauta

» PABLO GIOVANNI

A Câmara Legislativa (CLDF) retorna hoje aos trabalhos, e a perspectiva é de que os projetos e propostas do Executivo local demandem a pauta legislativa neste ano, por ter o apoio da maioria dos 24 parlamentares. Apesar disso, bancadas e líderes de blocos partidários, da base e oposição, garantem rigidez na análise das matérias.

Segundo o presidente da CLDF Wellington Luiz (MDB), as atividades da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Atos Antidemocráticos, que investigou os ataques golpistas de 12 de dezembro de 2022 e 8 de janeiro do ano passado, acabaram causando complicações aos trabalhos da CLDF em 2023. Porém, ele prevê menos turbulências para 2024. "Nos esperamos um ano tranquilo. Vamos atacar temas voltados à saúde, como a dengue. Além disso, a violência contra a mulher seguirá como pauta prioritária na nossa agenda", garante.

"Outros projetos deverão ser pautas para a gente, na área fundiária, como o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB). Estamos prevendo discutir isso no primeiro semestre.

Os demais, como a Lei de Uso e Ocupação do Solo (Luos) e o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PDOT), há um trabalho em conjunto com o GDF para que cheguem logo, porque são temas importantes para todos os deputados", completa.

Apesar das ressalvas, o emedebista elogia o trabalho da comissão. "A CPI foi extremamente importante, dando resultado à população. Mas, é inegável que toda essa dedicação dos deputados na comissão acabou criando algumas dificuldades para o bom andamento da Casa. Isso é uma questão óbvia. Dividir atribuições do dia a dia com uma comissão de inquérito."

Oposição

A maior parte das proposições passará pelo crivo dos blocos — que une parlamentares de diferentes partidos com interesses em comum. Um deles, o PSol-PSB, de oposição ao governo Ibaneis Rocha (MDB), é liderado por Fábio Felix (PSol).

O parlamentar aponta que a prioridade do grupo é não permitir a privatização da Companhia do Metropolitan do Distrito Federal (Metró-DF), que tramita inicialmente no Tribunal de Contas

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Distritais voltam ao trabalho hoje, após recesso de fim de ano

do Distrito Federal (TCDF). "É algo que nos gera uma preocupação enorme. Um patrimônio da cidade ser desmontado e precarizado pelo governo, e achamos que existe um grau de intencionalidade nessa precarização, para que a consequência seja a privatização."

O distrital aponta outras duas bandeiras que serão defendidas: combate à violência e a saúde pública. "O DF possui o maior nível nacional de feminicídios, na proporção populacional. Tivemos uma CPI para discutir sobre o tema, mas

há muito que precisa ser feito por parte do governo. A saúde é um caos, agora com essa alta dos casos de dengue, supera todos os níveis. Vamos acompanhar de perto, como também a precarização dos servidores de saúde, que trabalham exaustivamente."

A maior bancada em número de deputados é constituída pelo Partido Social Democrático (PSD), União Brasil e Republicanos, com cinco parlamentares. Chamado de "Bloco União Democrático", o líder Jorge Vianna (PSD) cita que, apesar

das pautas em comum, cada parlamentar tem bandeiras bem definidas. "Temos representação religiosa, empresarial, econômica e de habitação. Todos nós sabemos que a prioridade é a saúde", explica o parlamentar.

Governo

Líder de governo na Casa, o deputado Robério Negreiros (PSD) defendeu que, mesmo representando os interesses do Executivo na Casa, haverá respeito aos parlamentares, em relação ao rito da tramitação dos projetos do Buri-ti. "Independentemente de ser base ou oposição, (a prioridade são) projetos enviados pelo Executivo para melhorar a vida das pessoas. O Poder Legislativo fará o papel de aperfeiçoá-los. As expectativas, então, são as melhores possíveis", garante.

Robério acrescentou que há desejo do governo emplacar o PPCUB. Em dezembro de 2023, o Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (Conplan) aprovou, por unanimidade, a minuta do projeto. Em tese, é o último passo antes de ser enviado à Câmara. "A ideia é de que este semestre ou esse ano seja votado o PPCUB e o próprio PDOT. Fora isso, a

questão da saúde e violência contra as mulheres, são áreas latentes pelo governo. A dengue não só atinge o DF, mas o país inteiro."

Bancadas

A maior bancada partidária seguirá sendo da sigla do governador Ibaneis Rocha: o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), com seis deputados. Líder da legenda na CLDF, o deputado Iolando indicou que ele e os demais colegas defenderão políticas públicas de combate à violência contra a mulher. Somente em 2024, "três mulheres foram assassinadas. É um problema grave que exige ações concretas e coordenadas de diferentes setores da sociedade. Estamos comprometidos em garantir que essas políticas sejam eficazes e abrangentes", diz.

Outra bancada é a do Partido Liberal (PL), com três parlamentares. O líder da sigla na CLDF, Thiago Manzoni (PL), detalhou que as pautas que serão defendidas, como o PPCUB e a Luos. "Vamos nos pautar em valores defendidos pelo partido, como a redução de impostos, a diminuição do tamanho do Estado, a defesa da propriedade privada e da família", explica o parlamentar.